



ARTIGOS - ARTICLES

**A vocação modernista:
cultura e política na experiência intelectual do modernismo
brasileiro**

Maro Lara Martins¹

Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal do Espírito Santo
maro.martins@ufes.br

Como citar este artigo: MARTINS M. L. “A vocação modernista: cultura e política na experiência intelectual do modernismo brasileiro”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº14, pp. 1-29. 2022. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Este artigo tem como objeto a experiência intelectual modernista no Brasil da década de 1930. As principais contribuições para o campo do pensamento social brasileiro dizem respeito a reformulação do conceito de modernismo, levando em consideração amplo movimento de revisão teórica dentro da teoria sociológica, sua aplicação ao caso brasileiro e a construção de uma tipologia analítica para o estudo e interpretação da experiência intelectual modernista dos anos 1930. Para atingir esse objetivo analiso o modernismo a partir de quatro dimensões: técnica, estética, ética e política. A partir destas dimensões estabeleço as variáveis da produção e circulação das experimentações modernistas, especialmente nas relações dialógicas com o Estado brasileiro. Dessas situações posicionais em relação ao Estado e ao ideário político do corporativismo/nacionalismo proponho uma tipologia analítica para o estudo do modernismo brasileiro: modernismo central e modernismo periférico, modernismo heterônomo e modernismo radical.

Palavras-chave: Modernismo. Pensamento social brasileiro. Dociologia dos intelectuais.

*The modernist vocation: culture and politics in intellectual experience of
brazilian modernism*

Abstract: This paper focuses on the modernist intellectual experience in Brazil in the 1930s. The main contributions to the field of Brazilian social thought

¹ Maro Lara Martins é doutor em Sociologia pelo IESP/UERJ e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

concern the reformulation of the concept of modernism, taking into account the broad movement of theoretical revision within sociological theory, its application to the Brazilian case and the construction of an analytical typology for the study and interpretation of the modernist intellectual experience of the 1930s. To achieve this objective, I analyze modernism from four dimensions: technical, aesthetic, ethical and political. Based on these dimensions, I establish the variables of production and circulation of modernist experiments, especially in dialogical relations with the Brazilian State. From these positional situations in relation to the State and the political ideology of corporatism/nationalism, I propose an analytical typology for the study of Brazilian modernism: central modernism and peripheral modernism, heteronomous modernism and radical modernism.

Keywords: Modernism. Brazilian social thought. Sociology of intellectuals.

Recentemente, diversos autores têm chamado a atenção para a possibilidade de repensar as experiências modernistas fora do eixo Atlântico Norte, desembocando no argumento da multiplicidade de modernismos ao redor do globo, o que tem tornado possível a reavaliação das experimentações modernistas da primeira metade do século XX. Essa ampliação na geografia dos modernismos (Brooker & Hacker, 2005) permitiu considerações sobre o modernismo que levariam em conta as formas pelas quais a cultura modernista fora criada, apropriada e criativamente traduzida nestas regiões (Agwelle, 2012), a criação de estratégias literárias e figurativas em sintonia com as experiências e subjetividades concernentes da posição às margens (Ramos, 2008), a experiência e explicitação dos antagonismos advindos de um processo de modernização alternativo, a avaliação sobre os paradoxos da Modernidade (Bhambra, 2014), os limites e perímetros do pensamento e da teoria eurocêntrica (Chakrabarty, 2007), a elaboração de um mapa geral sobre a sociabilidade dos diversos grupos modernistas (Huysen, 2005), o deslocamento e realinhamento do modernismo no mundo moderno, e, por fim, as características gerais da sensibilidade modernista.

Seguindo essa linha de argumentação, é possível estabelecer uma reflexão que privilegia as diversas inserções, seja em determinada tradição nacional, regional, ou mesmo suas relações conflitivas em relação à

constituição do modernismo em contextos fora do eixo do Atlântico Norte. Algumas questões emergem de experiências modernistas periféricas como a tenacidade das experimentações modernistas e os modos pelos quais o modernismo às margens definiria as relações do intelectual com a escrita, as formas literárias, a vida pública e o Estado.

O ponto de partida deste artigo é a diferenciação entre modernismo e movimento modernista, contrapondo uma visão que tradicionalmente se habituou a reiterar a captura do termo modernismo pelo movimento modernista paulista em 1922. Assim, amplio a noção de modernismo para além das vanguardas artísticas e estéticas das artes, da literatura e da arquitetura, encarando-o como um fenômeno histórico que se inicia em fins do século XIX, e que se atrela a uma dimensão cultural mais ampla da modernidade brasileira, cujos fundamentos ancoram-se em quatro dimensões: técnica, ética, estética e política.

A partir destas dimensões é possível estabelecer as variáveis cruciais da produção, circulação e consumo de produtos culturais modernistas e aclarar as relações dialógicas de determinadas frações do modernismo brasileiro com o Estado pós-1930. Resultando, do ponto de vista analítico, em uma tipologia do modernismo brasileiro: o modernismo central e o modernismo periférico. Em seu processo de nacionalização, a íntima relação entre o modernismo central e o Estado brasileiro no processo de montagem da organização política construída na década de 1930 é fruto dos encadeamentos entre cultura e política no processo de modernização conservadora à brasileira.

Dimensões do modernismo: técnica, estética, ética e política.

Assim como os sentidos da modernidade brasileira têm sido, com bastante frequência, reduzidos a esquemas ideológicos desenvolvimentistas do Estado brasileiro pós-1930, os sentidos de modernismo, como tendência geral, foram também homogeneizados a partir de valores, temas e linguagens do grupo de intelectuais e artistas que fizeram a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922. Boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias produzidas, desde então, construíram modelos de interpretação, periodizaram, releeram o passado cultural do país com as lentes do movimento de 1922.

Atados em demasia à noção de vanguarda (vanguardas estéticas, vanguardas revolucionárias, vanguardas do pensamento nacional ou consciência do nacional-popular) tais esquemas ocultaram processos culturais relevantes que se gestavam na sociedade brasileira, a rigor, desde a primeira metade do século XIX.

Ampliando a visão sobre o período, menos importando as sequências de escolas literárias do que o conteúdo pelo qual se movimentaram os intelectuais do período e o processo de modernização nacional observa-se uma íntima associação da estética modernista e as inovações técnicas do período, que pelo seu conteúdo descortinariam a própria emergência do modernismo brasileiro.

É como se as inovações técnicas impusessem a própria tematização. Rastro as vezes perplexo, as vezes perverso que parece chamar a atenção na ficção brasileira dos anos 90 do século XIX e dos anos 10 e 20 para um traço que lhe será bastante característico: o diálogo entre a forma literária e imagens técnicas, registros sonoros, movimentos mecânicos, novos processos de impressão. Diálogo entre as letras e os media que talvez defina a produção literária do período de modo mais substantivo do que os muitos neo (parnasianismo, regionalismo, classicismo, romantismo) pós (naturalismo) e pré (modernismo) com que se costuma etiquetá-la. (Sussekind, 1987, p.13)

A primeira dimensão do modernismo brasileiro desboca na reflexão sobre a modernização técnica e a obra de arte para se desvelar a sensibilidade modernista, ao mesmo tempo em que ancoraria em uma ponderação sobre a própria estética modernista e suas implicações para a construção desta sensibilidade. No fundo, trataria de verificar em que medida os meios tradicionais de expressão são afetados pelo poder transformador das inovações técnicas e sua nova linguagem proposta ou mesmo apurar até que ponto a técnica e a linguagem são realmente novas. Em seguida e como complementação essencial, seria preciso determinar quais as relações o modernismo mantém com os outros aspectos da vida cultural, de que maneira essa renovação se inseria no contexto mais amplo de sua época, de modo a permitir que as inovações técnicas ganhem relevância na produção artística e intelectual do modernismo.

Dito em outras palavras, sobre o elemento técnico, existiria um duplo aspecto de constituição do modernismo, o primeiro se realizaria na renovação

dos meios, na ruptura com a linguagem tradicional e na incorporação de novos elementos e de novos temas. O segundo, no desejo e na busca de uma expressão artística que levasse a criação de novos hábitos e costumes. O que terminaria por conduzir à segunda dimensão do modernismo, a sua dimensão ética.

Neste caso, implicaria reconhecer uma tradição de sensibilidade moderna e modernista em alguns grupos de intelectuais que podem remontar no caso brasileiro ao século XIX, sendo apropriados e esquecidos pelos intelectuais dos anos 1920 e 1930. Em termos gerais, a ruptura radical é mais anunciada do que realizada, ela é mediatizada pela elaboração sutil de um projeto estético e político modernista. A grande novidade a partir do século XX é que as mudanças operadas se preocupam mais diretamente com os problemas sociais como na emergência da sociologia modernista (Martins, 2019) e o realismo literário (Chaguri, 2009). Haveria uma conexão próxima entre cultura e política na feição dos projetos ético-políticos que emergiram do modernismo, abrangendo uma perspectiva mais ampla de relacionamento entre conhecimento, interpretação e poder.

A proposta não é que os artistas e intelectuais modernistas ocupem o mesmo espaço das novas forças sociais advindas do processo de modernização da sociedade brasileira dos anos 1920/1930, nem mesmo que manifestem qualquer simpatia ideológica ou conhecimento existencial delas, antes que sintam aquela força gravitacional à distância, e que sua própria vocação pela mudança estética as práticas artísticas novas e mais radicais se sintam poderosamente reforçadas e intensificadas pela nascente convicção de que a mudança radical está ao mesmo tempo à solta no mundo social externo (Jameson, 2005). E que o sentido do tempo, deveria ser mensurado e medido, exposto e controlado.

Deste modo, o modernismo pode ser caracterizado como as formas criativas de expressividade dentro da modernidade e como a constituição paulatina de uma sensibilidade moderna, que não só refletem a condição da modernidade como também a possibilitam (Huysen, 2005). A hipótese é a de que a configuração geral do modernismo brasileiro, que se nacionalizara nos anos 1930 e ampliara seu poder de atuação, estava em íntima conexão dialógica com o processo de modernização ocorrido no Brasil.

Se os artistas e intelectuais ligados ao modernismo europeu possuíam como característica a negatividade e o carácter destrutivo frente a tradições, uma das principais tarefas a que se propôs o modernismo brasileiro foi a construção simultânea de um futuro e sua tradição (Gorelik, 1999). No caso brasileiro, o modernismo ao pensar um código moral civilizatório distinto e animado pela construção nacional ancorada em uma geografia original permitiria a afirmação do moderno através da modernização, mesmo que a cisão temporal efetuada levasse ao tema da tradição. Esta premissa modernista não permaneceria circunscrita ao campo da arte e da arquitetura, invadindo a formulação ensaística e programática que cercou a modernização dos anos 1930. A estratégia de construção por cima do país (Werneck Vianna, 1997) adquire uma nova complexidade nesta renovação de sua metafísica, em um momento no qual cultura e política estariam intimamente conexas. Os modernistas, cientes de uma possível aproximação de desenvolvimentos nacionais traduziram uma interpretação do Brasil que articulou a questão nacional e o cosmopolitismo num registro marcado pela inventividade e pelo pragmatismo da experiência brasileira (Martins, 2019).

A encruzilhada modernista: relações dialógicas com o Estado

Os anos 1930 se iniciam com um movimento político que marcaria fundo os acontecimentos posteriores, pois é sob este fundo histórico que se abriga a experimentação social e política desta década. Fundo histórico que marcaria a sensibilidade de uma geração de intelectuais e a prática de certas instituições ao longo do caminho. É sob a lapide deste movimento inicial que se construiu o processo de modernização e a acentuação do modernismo, ao se perceber as idiosincrasias que o moderno realizaria nesta parte do subcontinente americano. Neste sentido, cabe apontar como característica fundamental deste período e dos processos arrebatados em si, o seu duplo carácter: invenção e pragmatismo.²

² Inspiro-me sobretudo em análises mais recentes que procuraram detectar a partir dos estudos de Werneck Vianna (1997) e Florestan Fernandes (2006), as características de longa duração do processo revolucionário brasileiro. Refiro-me especialmente à Maia (2008) e Barbosa Filho (2008).

Perdidas as vozes dissonantes, como a guerra civil paulista, a ruína da Intentona Comunista e o afastamento do modernismo radical do centro do movimento modernista, ao final da década, o Estado já entrara em processo de rotinização, através da especialização técnica dentro do Estado, levada a cabo pela criação de uma rede de intelectuais que participariam da ossatura material do Estado, de sua burocracia ou do investimento que suas obras faziam em direção a ele. De um modo geral, o grande debate se estabeleceu em torno do Ministério do Trabalho, com seus juristas e intérpretes do Brasil, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, do Ministério da Educação e Cultura, com Capanema e sua “constelação” (Bomeny, 2001), e nos conselhos técnicos e câmaras setoriais, com Roberto Simonsen e o setor industrial.

O Ministério do Trabalho, centro da constituição de uma ordem corporativa, cuja variedade de intensidade e conteúdo ao longo do tempo variou, congregaria como laboratório o experimento sociológico do tema dos interesses solucionado pelo Direito e por sua legislação trabalhista. Se vincularia a ele e a seus juristas a formulação de uma nova concepção de trabalho fundado sobre o mundo da fábrica (Werneck Vianna, 1999). Seria ele, o Ministério da Revolução, cujo tempo de intervenção se daria no presente, enquanto a atuação do Ministério da Educação se voltaria para o futuro.

Nesse Ministério da Educação e Saúde se encontraria a floração do movimento modernista que conjugaria de forma particular a relação entre futuro e tradição. Enquanto o Ministério do Trabalho se centrava sob a chave do interesse, o Ministério da Educação absorvia a chave da virtude. Orquestrados por Capanema, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda, Luís Saia, Pedro Nava, Gilberto Freyre, dentre outros, recheariam a estatização do moderno e de seu modernismo a partir de 1930 (Bomeny, 2001).

Associado ao crescimento do mercado editorial se ampliou significativamente as redes de sociabilidade entre os intelectuais. A troca de cartas e correspondências era prática comum. As revistas, apesar da curta duração da maioria, continuavam a ser espaços nos quais os intelectuais se expressavam. Além dos jornais, fonte de longa tradição da intervenção

intelectual. Seja nas editoras, nas livrarias e nos cafés das grandes cidades, em especial no Rio de Janeiro, os intelectuais de outros estados se encontravam com frequência. De certo modo, o modernismo se nacionalizara através do encontro dos diferentes modernistas regionais que chegaram ao Rio de Janeiro, sob os auspícios em grande parte, do Estado.

Em diversos sentidos, a experiência intelectual da época estava intimamente conectada à esfera estatal. Além da ocupação de postos e do funcionalismo público, o Rio de Janeiro continuava a atrair a maioria dos intelectuais provincianos, pelo mercado editorial, pela ampliação das redes de sociabilidade e da rotina intelectual que se estabelecia na capital do país. De certo, para alguns uma experiência conflituosa, mas um meio de vida (Miceli, 2001). Entre os grandes intérpretes do Brasil, praticamente todos gravitaram em algum momento da década de 1930, o Rio de Janeiro e o Estado. E nesta cidade estabeleceram contatos entre si de uma forma constante.

Os diferentes aspectos deste período demonstram que os intelectuais, enquanto membros de profissões específicas e enquanto grupo social, estavam sujeitos às disposições corporativas. Assim, o intelectual foi se inserindo cada vez mais na construção desse processo, que demonstra a correlação que se pode estabelecer entre a organização das profissões e o processo de formação do Estado.³ O tipo de modernização que ocorreu na sociedade brasileira, pelo alto, reguladora e disciplinadora da sociedade, embora acabe inibindo sua livre manifestação foi conduzida pelo Estado com a audácia de quem porta consigo a novidade, a estética nova, a ética de um homem novo, a técnica de uma sociedade moderna, sob a chave da virtude que o modernismo do MEC imprimiria; a novidade do tema do trabalho, a indústria e a ideologia do industrialismo, que o tema do interesse suscitava, mesmo que domada sob princípio articulador do corporativismo.

Em certa medida, o modernismo dialogicamente conjecturara com o Estado para a formação das classes sociais, propondo modelos de ação coletiva ancorados pelo nível mediador da cultura, ao ultrapassar o limite do entendimento da classe social a partir das representações coletivas difusas ou inconscientes, no nível das mentalidades, para uma interpretação que consistia em analisar como a ação coletiva o ordenamento classista que foram

³ Ver a interessante polêmica entre Pécaut (1990) e Miceli (2001).

tematizadas nas comunicações e nos discursos públicos e como esta tematização contribuiu para a construção das ações coletivas e das próprias classes. Em outras palavras, o modernismo através do Estado, e o Estado através do modernismo, possibilitou os atributos estruturadores da cultura de classe, gerando a associação de interesses e a solidariedade horizontal e vertical na constituição da experiência e da expectativa das classes sociais na década de 30. Em outras palavras, o Estado não abriria mão do corporativismo como elemento central e norteador de suas ações em alguns campos sensíveis, como a economia e o direito, mas combinaria com o modernismo em sua chave da virtude como artefato estruturador de suas projeções sobre o social. A chave do transformismo seria encontrada nesta singular combinação entre o corporativismo e o modernismo.

Os significados ao presente dados pelo modernismo, seu léxico conceitual e sua episteme são os elementos da textura cultural que atuou sobre a construção da experiência da classe trabalhadora e dos industriais brasileiros, na medida em que “o discurso sobre a modernidade é o terreno no qual os atores sociais definem agregados de atores sociais como atores coletivos e dão a eles uma existência como classes sociais” (Eder, 2002, p.37). Naquela singular combinação corporativismo-modernismo, se ancoraria via Estado, a formação das classes sociais e o processo de atribuição e reconhecimento de direitos.

O que estava em jogo era a tentativa de uma articulação entre a ação dos intelectuais e a produção de temporalidades distintas efetuadas pelo Estado, observadas e consumidas pelas classes sociais em constante reformulação.⁴ A partir da tensão entre expectativa e experiência, diagnóstico e prognóstico, interesse e virtude, se encontraria a vivência e as interações sociais, neste período observadas a partir da mobilização da matriz conceitual classe, cujo substrato se encontraria na divisão entre capital e trabalho na vertente corporativa e na identidade coletiva via modernismo. Dessa forma,

⁴ Dessa forma, os fenômenos históricos classe social e consciência de classe não são nem estanques entre si, nem separados hermeticamente de outros fenômenos históricos: “A história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e ideias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e obviamente, das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado industrial e que, portanto, criaram e transformaram as classes que o executam” (Hobsbawm, 1988, p.13). Dentro dessa perspectiva, a classe social não é apenas vista como um elemento que existiria em si mesmo sem manter uma correlação com elementos qualificados já coexistente definido apenas de um ponto de vista estático, delineando um trajeto social (Thompson, 1987).

“os eventos de ação coletiva estão inseridos em espaços de ação culturalmente definidos. Isto implica que o efeito de classe sobre a ação coletiva é mediado pela textura cultural” (Eder, 2002, p.37) Racionalizando o mundo através de suas diferentes linguagens, como a literatura, as artes plásticas, a fotografia, o cinema, sustentado pelas suas dimensões técnica, ética e estética, o modernismo conferiu a densidade cultural para a mobilização de identidades coletivas motivadoras de aglutinamentos para a ação social.

Outro ponto de contato íntimo e dialógico entre o modernismo e o Estado se deu no plano da construção imagética do período. O Estado soubera aproveitar a técnica modernista de lidar com as imagens e esboçara um movimento de ampliação, e de certo modo divulgação, das relações entre o artista e o modo pelo qual a imagem do país fora representada. Controle de aparatos técnicos da comunicação, como o rádio, o cinema, a música, laboração da ética modernista com a criação de ritos cívicos, mitificação da personalidade e a estetização da política, encampada pelo modernismo central, se associaram ao esforço do Estado de alegorização da vida cotidiana (Lenharo, 1986).

Os intelectuais ligados ao modernismo central geraram técnicas para impor sua perspectiva sensitiva moderna, racionalizar a sensação estética e administrar a percepção da vida social. Técnicas disciplinares que solicitaram uma concepção de experiência moderna como algo instrumental e modificável, intercambiável a uma heteronomia advinda das relações dialógicas entre a cultura e a política, ao mesmo tempo, abriu caminho para normatização destas relações em termos de produção e consumo.

A partir da ética presente no léxico modernista, e sua estética aplicada em imagens e na literatura, se amplificou o vocabulário político e social que movimentou as ações coletivas, tanto no sentido da linguagem criadora da própria cultura política na qual as ações sociais são balizadas, quanto na mobilização de diversos grupos, especialmente, sobre a mobilização em torno do conceito de classe como refundadora e fundante de uma sociabilidade específica e que produz uma experiência e uma expectativa peculiar a cada uma, e ao conceito de povo e nação, organicamente conduzida pelo Estado, retirando o caráter conflituoso que a identidade de classe no âmbito social poderia alimentar. O código modernista e suas dimensões estruturantes,

estruturadoras e estruturadas dialogicamente se relacionando com seu Estado e sua sociedade.

As transformações ocorridas dentro do Estado e em suas relações com os grupos sociais possibilitaram a institucionalização de uma estrutura corporativa, vertical e hierarquizada, abrindo espaço à representação de interesses dos novos atores vinculados à ordem industrial emergente (Leopoldi, 1999). O novo sistema consagrou a assimetria e consolidou um corporativismo setorial bipartite, criando arenas de negociação entre elites econômicas e estatais.

O Estado nesse processo de modernização foi visto pelos intelectuais como um lugar de atuação privilegiado. Não é de se estranhar a direção dos argumentos produzidos em uma situação na qual a palavra pública, típica dos intelectuais, orbitava a arena estatal. Mas há que se ressaltar a diferença entre projeto e processo.⁵ De todo modo, a criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), cujo formato inspiraria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a consolidação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), ainda nos anos 30, exemplificam a forma como o Estado brasileiro assimilava uma das demandas do modernismo: conhecer o Brasil.

Ademais, o modernismo construiria uma consciência histórica⁶ e empreenderia uma perspectiva de história pública difundindo o conhecimento histórico por meio dos arquivos, dos centros de memória, da literatura, do cinema, dos museus, da televisão, do rádio, das editoras, dos jornais e das revistas. Em certa medida, o Estado se apropriava destas perspectivas e capturaria o sentido do tempo descrito pelo modernismo, como se fosse projeto seu.

Se o Estado se burocratizava e abrigava grande parte dos intelectuais, o mercado editorial se ampliava e crescera também o número de leitores e de venda de livros (Hallewell, 2005). No campo gráfico, o advento do linotipo, o desenvolvimento de maquinários para impressão e a progressiva melhora do

⁵ Sobre a relação entre intelectuais e modernização, as palavras de Maria Alice Rezende Carvalho (2006) são exemplares sobre sua dupla dimensão: a política que dependia de uma adesão dos intelectuais ao projeto de reconstrução do país sendo liderada por Capanema e a estrutural, ou sociológica, resultante da engenharia social concebida por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, da qual os intelectuais eram partes independentemente de sua vontade ou adesão.

⁶ Sobre o conceito de consciência histórica, me aproprio livremente de Rusen (2001).

papel produzido no país asseguraram o crescimento que a indústria editorial experimentaria entre as décadas de 10 e 30.

As editoras mais importantes faziam grandes investimentos na produção de coleções de livros, seja de literatura ou livros de interpretação do Brasil (Pontes, 1989, p.368), como a Companhia Editora Nacional (São Paulo e Rio de Janeiro), a Editora Globo (Porto Alegre), a Editora José Olympio (Rio de Janeiro), a Editora Francisco Alves (Rio de Janeiro), a Editora Melhoramentos (São Paulo) e a Livraria Martins Editora (São Paulo), assim como a pioneira, a Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato, que faliu em 1925 (Hallewell, 2005).

As coleções da época eram fruto de estratégias editoriais que buscavam publicar livros “em maior escala e com menores preços, tendo como alvos públicos especiais, o que implicou numa segmentação do mercado da leitura” (Dutra, 2006, p.300) A edição de coleções teria como vantagem a padronização dos livros, com conseqüente economia de tempo, redução de custos e fácil identificação das obras pelo leitor, na hora da compra. Uma das mais importantes coleções do cenário nacional na primeira metade do século XX foi a Biblioteca Pedagógica Brasileira, projetada pelo intelectual e educador Fernando de Azevedo e empreendimento da Companhia Editora Nacional, dirigida por Octalles Marcondes Ferreira. A coleção foi idealizada tanto com intuito de impulsionar o conhecimento quanto de ampliar o público de leitores. Cinco subséries faziam parte dessa Biblioteca: Literatura Infantil; Livros Didáticos; Atualidades Pedagógicas; Iniciação Científica; e a Brasileira.

De um modo geral, as mais importantes coleções de assuntos brasileiros editadas na era Vargas foram: a Brasileira, criada em 1931 pela Companhia Editora Nacional; a Documentos Brasileiros, lançada em 1936 pela Editora José Olympio; e a Biblioteca Histórica Brasileira, produzida a partir de 1940 pela Livraria Martins Editora. Todas tinham como objetivo “desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade brasileira” (Pontes, 1989, p. 359).

Em termos gerais, se pode pensar que as coleções de livros são uma maneira na qual se organizaria o mundo. Deste modo, a escolha das obras e dos autores, a organização e a publicação fazem parte do processo de produção do sentido social. Através do colecionismo se retiraria o objeto de determinado contexto e passaria a atribuir-lhe um novo significado dentro da coleção. De

outro lado, possibilitaria a transformação de projetos individuais em projetos coletivos. E efetuaría uma nova classificação dos livros a partir da seleção dos livros que deveriam ser publicados e a conjugação entre a abertura para novos autores e a republicação de antigos.

No Brasil dos anos 1930, o público leitor se ampliara gradualmente. Crescera também o interesse por obras de interpretação do Brasil e a publicação de obras de sociologia e história do Brasil crescem vertiginosamente se comparadas a período anterior. De outro lado, o ensino de sociologia que se iniciou em meados dos anos 1920, como matéria do currículo ginásial, com a Reforma Campos, se tornou disciplina obrigatória das escolas secundárias (Silva, 1997). Ainda neste período, são criados os primeiros cursos de sociologia nas universidades brasileiras, com a abertura da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo em 1933, o curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo em 1934, o curso na Universidade do Distrito Federal em 1935 e o da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro em 1939.

Entretanto, se o ritmo de alfabetização crescera entre o início do século e os anos 1920, em termos absolutos, a porcentagem dos alfabetizados entre os anos 1920 e 1930 se manteve praticamente a mesma. De certo, a imigração, o aumento populacional e o início do êxodo rural ajudam a explicar estes dados. Por outro lado, os índices de urbanização e concentração populacional nas cidades se acelerou de forma constante entre os anos 1920 e 1940 (Cano, 1990). Sem dúvida, essas características da modernização brasileira, levada a cabo pelo Estado, adentrando o mercado do trabalho intelectual e os produtos culturais impactaram profundamente a experiência intelectual do período. Dessa forma, no final dos anos 30, o processo de cisão política ao longo dos anos, desenhada paulatinamente pela condução teórica dos intelectuais que gravitavam em torno do Estado e sua prática, através do Estado, da modernização da sociedade e da economia conduziram à conclusão do movimento político e social com o qual a década se iniciara.

O desfecho da década de 30, ao contrário de seu início ainda indefinido, já apontara para uma modernização conservadora. Comparada a outros casos de modernização, os anos 30 no Brasil, primeira manifestação deste tipo de modernização, tem suas particularidades. Não há dúvida, de que

o país conheceu diferentes tipos de modernização na história nacional desde a Independência, mas a via autoritária aberta em 1930 foi singular.

Primeiramente, a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam o controle sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz de se libertar das relações de subordinação pessoal e da extração do excedente econômico por meios diretos. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização se faria se conformando um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias.

No Brasil, o controle da fronteira agrária fora crucial para a subordinação das massas rurais (Velho, 1979). Por outro lado, abria-se espaço para a industrialização e certa migração, cada vez mais acentuada, do campo para a cidade. O baixo custo da força de trabalho podia ser garantido, contudo, pelas limitações da fronteira agrícola e pelo controle político que se exercia sobre a classe trabalhadora, sobretudo sobre o sindicalismo, o que se deu no Brasil com recurso ao corporativismo estatal.

Somente por essa via, se exigiria o compartilhamento entre setores diferenciados dentro do Estado, em uma sensibilidade antioligárquica e antiliberal, matriz do movimento inicial da década. Estabeleceria, em seguida, o Estado como protagonista de uma modernização pelo alto, projeto civilizatório associado a um plano econômico, a industrialização e a urbanização. Portanto, exigiria a presença de interesses industriais capazes de impulsionar a transformação mais rápida e plena na direção da economia de mercado e da ordem social competitiva. Alavancando a industrialização, como um fenômeno de certa intensidade progressiva e constância ao longo tempo, que se deu nos grandes centros urbanos, em contraponto ao campo que não se modernizara.

Nesse momento, viveu-se de forma mais nítida o processo de organização daquilo se tornará a estrutura de classes no campo social, a formação do Estado-nação, no campo político, e na esfera econômica, o Brasil industrial e capitalista. Para o modernismo, isso implicava um esforço a fim de construir, pela descoberta e pela invenção, o ser brasileiro moderno. Desta forma, a construção da modernidade no Brasil se transformaria em projeto nacional, ao estilizar as identidades. O moderno, agora associado à ideia de

universalização e de nacionalismo, e não mais como réplica de um padrão que apenas certos círculos das elites entendiam ser conveniente para o país, deveria ser construído. O nacionalismo, em certa medida, conectaria sobre o tema da identidade nacional, o modernismo e o corporativismo do Estado.

Não obstante, é importante ressaltar que os discursos em defesa da construção de uma sociedade moderna, no Brasil, não se deram apenas num único plano. Podemos dizer que a modernidade brasileira, sobretudo na década de 1930, foi pensada pelos intelectuais em vários planos, entretanto, dentro do padrão instaurado pelo novo contexto, no qual a via do transformismo associava o modernismo e o corporativismo sob o tecido do nacionalismo. Tal fato pode ser mais bem exemplificado se tomarmos como paradigma a ideia do modernismo como projeto para se pensar a relação entre cultura e modernização na sociedade brasileira. O modernismo central se ergueria através da vontade e de um permanente exercício de plasticidade, politicamente conduzido e expressivamente concebido. O corporativismo se instalaria como núcleo central das ações do Estado na concessão das normas universais, como o direito e a economia, procurando separá-las em esferas subordinadas a seu empreendimento, o modernismo central involucraria o tema das identidades coletivas através do seu expressivismo advindos das suas dimensões técnica, ética, estética e política, construiria a cisão temporal entre futuro e tradição, e o nacionalismo conectaria ambas as perspectivas constituidoras do transformismo da modernização à brasileira.

Uma tipologia do modernismo: modernismo central e modernismo periférico

No campo das artes e da literatura, as diferentes vanguardas modernistas procurariam expressar o sentido revolucionário do tempo através dos principais manifestos e de suas revistas publicadas nos anos 1920. As principais revistas da vanguarda paulista foram *Klaxon* (1922), que contava com a colaboração de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet e Manuel Bandeira, e *Revista de Antropofagia* (1928), dirigida na primeira fase por Antônio de Alcântara Machado e na segunda por Geraldo Ferraz. No Rio de Janeiro, havia *Estética* (1924), dirigida por Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, e *Festa* (1927), organizada por Tasso da Silveira e

Andrade Murici, com a colaboração de Cecília Meireles. Mas havia também outras publicações regionais, como *A Revista* de Belo Horizonte (1925), *Verde* de Cataguases (1927), *Arco & Flexa* em Salvador (1928), *Maracajá* de Fortaleza (1929) e *Madrugada* de Porto Alegre (1929).

Por outro lado, essa renovação estética se prenderia a um campo estrito da realidade social. Não chegaria a se constituir um elemento gerador de sensibilidade social. Fora do Estado, os diversos movimentos modernistas dos anos 1920 não conseguiram a amplitude das renovações anunciadas. Ademais, se pensarmos no modernismo como um movimento social e político, liderado pelos artistas e intelectuais, sua atuação diferiu bastante das postulações nos campos técnico e/ou estético.

Certamente, o movimento modernista dos anos 1920 imprimiu em seus participantes o sentimento de vanguarda, uma espécie de alma antenada e grupo direcionador, o que incidiu decisivamente sobre a percepção da aceleração do tempo e a perspectiva da obra de arte como projeto coletivo e público. A proliferação de revistas, círculos modernistas e os modos de sociabilidade entre os intelectuais, exemplificam o projeto de transformar a obra de arte em um projeto no qual o autor-indivíduo se transformaria em autor-grupo (Marques, 2013). Conexo a isso, o fenômeno de formação de grupos diversos dentro do movimento modernista traria, como consequência, várias vertentes estéticas que, se originalmente poderiam ter algum projeto em comum, encerravam visões diversas do que esse projeto significava na prática e de como implementá-lo.

A oposição entre os estilos de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, também seria tema recorrente nas análises sobre o movimento modernista.

Os grupos que se desdobraram do modernismo diferenciavam-se quanto às vias de construção da cultura brasileira. Uma via, comprometida com o erudito, teria como seu representante Mário de Andrade, pelo seu lado pesquisador, herdeiro do projeto de Sílvio Romero, onde predomina o nacionalismo culto e estudioso. A outra via rompe a história importada e erudita e vai buscar as "fontes emocionais" da arte e da cultura. Esta corrente, que tem em Oswald de Andrade e no Movimento Pau-Brasil sua expressão. Opõe-se ao conhecimento científico-dedutivo identificado com o lado erudito, importado, bacharelesco: são sobretudo os sentimentos que contam na definição da brasilidade. (Oliveira, 1982, p.515)

Além dos diversos movimentos modernistas ocorridos em capitais e cidades que estavam fora do eixo Rio-São Paulo, e que em alguns casos, com eles dialogavam. E que na maior parte das vezes, não se conectariam com o modernismo central e atuariam em âmbito regional e permaneceriam com influência restrita a poucos círculos de intelectuais.

Analistas têm contribuído para o esforço de reconstituição de outras trajetórias sobre o modernismo brasileiro, trazendo à tona os movimentos modernistas nos diferentes estados e apresentando autores e obras que foram fundamentais para formação da cultura brasileira. Sobre o movimento modernista em Minas Gerais, conforme demonstrou Helena Bomeny, a Semana de Arte Moderna não representou influência imediata. Carlos Drummond de Andrade alegaria que os mineiros só tiveram notícia da semana paulista tempos depois. Em termos estéticos, os escritores mineiros já desenvolviam outra vertente do moderno, ligado ao humanismo e ao universalismo. Entretanto, no campo do mundo político, os mineiros criariam outra estratégia, a valorização da tradição.

Bomeny (1994) apontou que o modernismo mineiro se caracterizou pela tradução e racionalização do conjunto de atributos advindos da mineiridade. Os jovens intelectuais mineiros transporiam para o mundo da política, a subjetividade da mineiridade como estratégia conciliatória construída em um contexto de permanentes conflitos. Valores que estariam marcados pela contradição entre a leitura tradicional da mineiridade e a construção de sua moderna capital, onde o “Grupo do Estrela” criou o hábito da conversa nos bares, nas livrarias e nas confeitarias que atravessaria décadas e se enraizaria como ritual e cultivo da atividade dos intelectuais mineiros da década de 1920.

Sobre o modernismo carioca, Monica Pimenta Velloso (1996) argumentou que no Rio de Janeiro não teria havido um movimento de vanguarda organizado em torno da oposição entre o moderno e a tradição. O modernismo teria sido construído na rede informal do cotidiano, através da experiência intelectual da boemia carioca na elaboração de uma reflexão sobre a figura do intelectual moderno. Mesmo apontando a estética simbolista como fonte inspiradora do modernismo no Rio de Janeiro, houve uma profunda heterogeneidade do campo intelectual na cidade e o entrecruzamento de várias experiências e influências culturais, típicas de uma cidade que aglutinara

durante anos os principais intelectuais brasileiros.

Outro elemento importante para se analisar o modernismo na cidade do Rio de Janeiro seria sua relação com o humor, vertente de linguagem que possuía sólidas raízes no solo cultural brasileiro, além das características típicas de certa interpretação do mundo que levaria em conta a imaginação e o pensamento imagético, a intuição e o improvisado. O grupo modernista do Rio de Janeiro, membros do grupo boêmio, avessos a horários e compromissos rígidos, reagiram aos padrões comportamentais impostos pela sociedade que se modernizava no início do século XX. Mas a apreensão no que diz respeito à modernidade iria muito além de certas resistências por parte dos intelectuais do Rio de Janeiro. Aversos à ideia de movimento, organização e projeto, os intelectuais frequentemente imaginaram outros espaços de instauração do moderno. Sua ligação com as camadas populares e com a marginalidade acabaria se transformando numa espécie de *álibi* que daria sentido e justificativa a própria existência do artista moderno. Eles se debruçariam sobre o submundo, na tentativa de captar nas ruas um padrão de sociabilidade alternativo e uma ambiência organizadora. Desse modo, se identificariam com as camadas populares e com a cidade como parte constitutiva de si mesmos.

Tal atitude, de acordo com Monica Pimenta Velloso, seria típica da mentalidade predominante no Rio de Janeiro, cujos intelectuais se mostrariam rebeldes à ideia do moderno enquanto movimento literário e, sobretudo, refutariam a ideia de uma literatura moderna em oposição marcada às correntes literárias anteriores. Deste modo, o modernismo enquanto movimento “veio a assumir modalidades distintas em função do contexto cultural que lhe deu origem” (Velloso, 1996, p.33). Intrinsecamente, o modernismo carioca se relacionava com o processo que acarretou paulatinamente mudanças significativas de percepção do tempo e do espaço, fazendo coexistirem múltiplos valores culturais.

O modernismo na cidade de Salvador também possuiu suas especificidades. A partir de dois grupos aglutinados em torno de suas respectivas revistas, o movimento modernista baiano se contrapôs ao movimento paulista e suas propostas. O grupo de Arco & Flecha, sob a liderança de Hélio Simões e o grupo da Academia dos Rebeldes, capitaneado por Jorge Amado trataram de estruturar as pautas modernistas baianas como

resultante dos conflitos e contradições locais. Segundo Ivya Alves (1978), o modernismo baiano buscava a libertação dos modelos europeus, em favor de uma identidade telúrica. Como o conceito de regional se confundia com o pensamento político conservador, alguns intelectuais tentavam contornar esta inconveniência, sustentando sua proposta de modernidade com a de pertencimento ou de identidade. A vertente moderna a partir do regional ganharia dimensões nacionais a partir do movimento regionalista, desdobramento do movimento inicial do modernismo no Nordeste.

A cidade do Recife veria nascer seu modernismo atrelado ao debate entre regionalismo e cosmopolitismo, entre nacionalismo e universalismo. Especialmente no tripé, região, tradição e modernidade. Conectados ao movimento baiano, seriam responsáveis pela radicalização do regionalismo especialmente sobre as reformas urbanísticas empreendidas em Pernambuco na década de 1920 (Arrais, 2006). Dessa forma, as discussões intelectuais sobre a crescente modernização da cidade, por um lado, e as tradições, por outro, ganharam espaço nos meios de comunicação, jornais, revistas e livros no Recife da época. Diante das profundas transformações sociais que se processavam na cidade, muitos intelectuais, preocupados com a sobrevivência, manutenção e comunicação das tradições que acreditavam ser características da cidade, manifestaram seu desgosto ou descrença diante dos ideais do progresso propalados neste momento e entendidos como ameaça à cultura regional.

O modernismo em Porto Alegre e os debates culturais na cidade também se associavam ao dilema da modernização e a manutenção de práticas e de valores estabelecidos pela tradição. Com uma pequena diferença em relação à Salvador e Recife, o interesse pelo regionalismo esteve aliado ao intercâmbio com os países do Prata, Uruguai e Argentina. Em sua maioria, os intelectuais gaúchos estavam inseridos no circuito jornalístico e editorial que tinha a Livraria do Globo como referência. De acordo com Lígia Chiappini Leite (1978), que pesquisou as condições de produção desse discurso literário, os escritores do período teriam explorado a visão romântica do gaúcho, sintonizados com o discurso ideológico da Revolução de 30.

As manifestações do modernismo no Brasil foram múltiplas e heterogêneas, entretanto, o modernismo enquanto movimento cultural, social e

político se restringiu a ser um movimento de elite, sem base social.⁷ Somente na década de 1930, o modernismo se nacionalizou através do Estado e galgou uma posição capaz de irradiar suas perspectivas a um público mais amplo. A oposição entre o caso da *Revista de Antropofagia* e a obra de Tarsila do Amaral, *Abaporu* é exemplar nestes termos. Criada em fins da década de 1920, esta revista teria duas fases. A primeira era a tentativa de buscar uma diferenciação com o movimento modernista do início da década, ao promover uma crítica radical aos caminhos que o modernismo inicial vinha seguindo. Sob a direção de Antônio de Alcântara Machado e gerência de Raul Bopp, a revista passaria a limpo a ruptura estética feita pelo modernismo e concluiria a ausência do nacional nas formulações anteriores. Na segunda fase, a revista trocava sua direção, ampliaria seu público leitor⁸ e apostaria de vez na antropofagia como elemento central de análise da cultura brasileira, “assim, o que determinou a existência da segunda fase da *Revista de Antropofagia* foi justamente a necessidade de radicalização” (Marques, 2013, p. 57).

A obra de Tarsila, que inspirou Oswald de Andrade a construção da ideia da antropofagia, e que foi publicada na capa da primeira edição da *Revista de Antropofagia* causou reações ambíguas a princípio. Entretanto, a partir dos anos 1930, a obra de Tarsila passaria a ser reconhecida como um dos pilares da formação cultural associada ao nacionalismo. Assim, mais do que a ruptura com a forma, a expressão e com as técnicas de pintura anteriores, o *Abaporu* se constituiria como uma obra de arte nacionalista, a refrear o sentido revolucionário associado à ruptura aludida pelo movimento antropofágico. O movimento antropofágico e certo tipo de modernismo se radicalizariam, ou seriam vistos a partir desta ótica, enquanto a obra de Tarsila, permaneceria como símbolo de renovação, mas não de radicalidade.

⁷ Ao analisar as revistas da década de 20, Ivan Marques (2013) apontou que os principais destinatários das diversas revistas modernistas surgidas à época eram intelectuais do próprio modernismo, grupos modernistas de outros estados, autores que já haviam sido publicados pelas revistas e membros da elite. Sendo a tiragem e a circulação, na maior parte das vezes, bem pequena.

⁸ Sobre a ampliação do público leitor: “o periódico passou a circular nas páginas do *Diário de São Paulo*, ampliando-se forçosamente o número de leitores, a quem se buscava explicar e esclarecer a respeito do programa antropofágico apresentando sempre de modo incisivo. (...) À vista de tamanha irreverência os assinantes ficaram irritados e crescia o número de devoluções de jornais, numa prova de que a antropofagia, como disse Geraldo Ferraz, era completamente imprópria para entrar nos lares.” (Marques, 2013, p. 59).

Outro caso interessante na década de 1930, diz respeito à consolidação do realismo literário e sua atualização do regionalismo, tendo como figuras de destaque Graciliano Ramos e Jorge Amado. O primeiro, perseguido e preso, publicaria diversas obras, entre elas *Memórias do Cárcere*,⁹ inspirado em sua experiência pessoal de aprisionamento. Entretanto, seus artigos na *Revista Cultura Política*, dirigida por Almir de Andrade e subvencionado pelo Estado, foram colocados a partir de uma perspectiva em que o próprio Estado, não só corrobora suas teses, mas se apropria delas.

Neste sentido, é possível o esboço de uma tipologia do modernismo brasileiro ancorado no viés das íntimas conexões entre cultura e política.¹⁰ Cabe ressaltar que se o tema de uma geografia dos modernismos poderia ser estabelecida em termos do sistema-mundo, amplificando as perspectivas sobre o modernismo e suas diferentes manifestações artísticas ao redor do globo, o caso brasileiro, se olharmos internamente ao território de seu Estado-nação, se associaria a uma espécie de geopolítica do conhecimento, na medida em que existiriam hierarquias que se imporiam nos contornos de um só país, demarcando regiões, lugares sociais e institucionais, que atuariam como fontes privilegiadas de análise e enunciação, atraindo mais recursos e poder de atuação. Haveria um certo desequilíbrio intramovimento modernista, especialmente quando se nota a dualidade entre cultura e política. Ademais, o ocaso da Primeira República, e a abertura e indefinição dos anos iniciais da década, produzira efeitos com relação à montagem de um sistema cultural brasileiro, e especialmente sobre a literatura.

Assim, como tipologia do modernismo nos anos 1930 se sugere a divisão em duas dimensões posicionais. Sob as perspectivas posicionais em

⁹ Este livro foi publicado postumamente, em 1953.

¹⁰ Guerreiro Ramos, em célebre conferência sobre a geração de 1930, estabelecerá uma tipologia dos intelectuais modernistas tomando como referência dois pontos principais: a perspectiva política e o posicionamento na configuração do poder. “Sugerirei os qualificativos decarlylianos, aí incluídos elitistas, à moda de Thomas Carlyle; bonaulianos, aí incluídos conservadores de índole semelhante à do visconde Louis Gabriel Ambroise de Bonald, mais conhecido por Bonald; gorkianos, aí incluídos denunciadores das misérias do povo, que teriam afinidade com o escritor russo Máximo Gorki. Pareceu-me ainda necessário tomar a configuração de poder como referente dos diversos posicionamentos dos intelectuais do período. Eventualmente, os qualificarei como cêntricos, periféricos e fronteiriços (estes últimos na margem, porém no interior da periferia, ou a ela externos, mas próximos de sua fronteira), confrontivos, ou adversários do ordenamento político estabelecido, e independentes, ou indivíduos que parecem conduzir-se consistentemente como analistas imparciais dos eventos.” (Ramos, 1982, p. 530) As sugestões de Ramos são interessantes, porém necessitam de uma pequena afinação, especialmente na dualidade que estabelece entre o pragmatismo crítico e os intelectuais hipercoretos.

relação ao Estado é possível a divisão do modernismo em dois tipos: o modernismo central e o modernismo periférico. Sob o campo de suas relações dialógicas com o ideário político do Estado é possível decompor o modernismo em dois tipos: o modernismo radical e o modernismo heterônomo.

O modernismo central pode ser encarado como o núcleo do modernismo que adentrou às esferas do Estado ou que com ele estabeleceu ligações diretas. É a partir destas relações conjunturais e dialógicas, que o modernismo central conseguiu se nacionalizar nos anos 1930. Em um plano micrológico, é o modernismo que atuou mais efetivamente através do Estado seja no Ministério da Educação, no Ministério do Trabalho, nas publicações oficiais ou no mercado de trabalho aberto pelo Estado. Representou, portanto, um conjunto de ideias e ações levadas ao transformismo inerente de seu movimento de atuação e pela plasticidade de se ajustar a outras perspectivas, como o corporativismo e o nacionalismo por exemplo. Em um plano macrológico, com este processo de atrelamento mais efetivo, seu posicionamento pode ser somente heterônomo.

O modernismo heterônomo se particularizou por esta plasticidade inerente podendo ser periférico ou central. O modernismo periférico diz respeito a intelectuais ou a um conjunto de ideias e ações que não conseguiram se nacionalizar nos anos 1930, permanecendo circunscritos às esferas locais de atuação ou que foram contestados ou filtrados pelo Estado ou pelo modernismo central. Nestes termos, o modernismo periférico em sua relação com o Estado, pode ser heterônomo, quando compartilhou ou reverberou o posicionamento do modernismo central, ou radical, quando se opôs a ele e acedeu ao estilo do modernismo radical.

Por sua vez, o modernismo radical se caracterizou pela veemência irruptiva, pela intransigência de seu núcleo básico de ideias ou ações. Na sua relação com o Estado, não conseguiu imprimir suas posições, chegando em alguns casos a se constituir enquanto oposição crítica às ideias estatistas e à própria engenharia institucional. Em relação a sua posição frente aos núcleos de poder, sua posição é periférica. No decorrer dos anos 1930, o radicalismo do movimento modernista brasileiro fora se aplainando e o modernismo radical fora paulatinamente afastado do núcleo inicial.

Para o modernismo central, a década 1930 trouxe como marca característica da sensibilidade temporal, a aceleração. Desde o início do século XX, principalmente nas grandes cidades, se percebia no mundo social a aceleração do tempo. As reformas urbanísticas, as grandes avenidas, os carros, os passeios, os locais de sociabilidade, a interação mais próxima com as notícias e o modismo do exterior (Sevcenko, 1999). Houve ainda a década de 1920, com suas efervescências e veleidades de um mundo em instabilidade, que aprofundaram esse processo de aceleração do tempo, principalmente através da agitação e volubilidade de um mundo pós-guerra (Lahuerta, 1997). Entretanto, feito o movimento fruto da tumultuada década anterior, a nova década se apossara de sua própria subjetividade com relação ao tempo. Ninguém expressou melhor essa sensibilidade do que Azevedo Amaral. Como um protagonista da época, Azevedo Amaral (1938) concebeu uma radical oposição entre a temporalidade que denominou *evolucionista*, e a temporalidade *revolucionista*.

O progresso, a elaboração de elementos expressivos de etapas cada vez mais adiantadas de civilização não se opera pelo encadeamento pacífico e sorrateiro de formas completamente entrosadas de organização econômica, social e política. Examinado por um prisma analítico, o processo histórico torna-se fragmentário. As sucessivas etapas que, observadas panoramicamente, se solidarizavam em uma continuidade homogênea, adquirem aspecto inequivocamente individualizado, separando-se umas das outras pelos vestígios característicos de episódios mais ou menos violentos, que em determinadas épocas interromperam o fluxo do desenvolvimento sociogênico, de modo a assegurar a autonomia da fase subsequente em relação à que a precedera. O que parecia homogêneo é na realidade heterogêneo; onde se tinha a ilusão da continuidade, há de fato uma série descontínua de etapas autonômicas. (Amaral, 1934, p. 14)

Este tempo contemporâneo seria marcado pela ruptura e pela inconstância, um tempo fraturado e descontínuo, cuja velocidade das modificações alteraria a psicologia coletiva dos contemporâneos. Seria o mundo novo aberto pela técnica e pelos meios de comunicação a promover a compressão tempo-espço. Essa aceleração deveria ser domada, conduzida.

Se poucos anos mais tarde, esse tipo de pensamento ficaria marcado sobretudo pelo tema da organização nacional e pela procura das origens da formação do Brasil, o que é verdade, em todos houve uma preocupação em

expressar esse tempo da revolução brasileira. É sintomático que Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda dediquem o último capítulo de *Retrato do Brasil e Raízes do Brasil* a tratar do tema da revolução brasileira. Enquanto Nestor Duarte e Afonso Arinos não se eximiram de passear pelo tema em *A Ordem Privada e a Organização Nacional* e *Conceito de Civilização Brasileira*, respectivamente.

Uma característica deste envolvente modernismo advindo do tipo de modernização, uns como modelo, fonte de inspiração e motivo, outros como intérpretes e criadores, levariam as últimas consequências essa vontade de descoberta do Brasil, esse apego constante ao senso de realismo.¹¹ Impregnação que estaria no Brasil desde o final do século XIX, nas vozes de Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, Sílvio Romero, em *O Brasil Social*, especialmente se pensarmos na constituição de uma espécie de imaginação sociológica vinculada à lógica dos distintos territórios e seus tipos sociais.

Em todo o subcontinente latino-americano, o modernismo teve papel fundamental no processo de interpretação de sua sociedade, de organização de seu Estado e são fundantes de certa metafísica americana (Devéz Valdés, 1997) que associa a lógica do continente: invenção e pragmatismo, tradição e artifício (Barboza Filho, 2000; Maia, 2008) fundados no senso de realismo advindos de sua imaginação sociológica (Autor, ano). Entretanto, não são mais como no século XIX, os intelectuais aconselhando o Estado em sua missão civilizatória, em uma tranquila teoria de administração metafísica do tempo (Werneck Vianna, 1997).

Nestes termos, a aceleração do tempo é relativa e seu sentido de ruptura não chega a se completar. Ela se esboça sob o alvo das percepções estéticas e técnicas da arte como os movimentos vanguardistas nos fazem crer. Todavia, ao ser empurrado para o Estado, a hipótese que se levanta é que no caso do modernismo brasileiro mais do que a ruptura completa houvera o almejo do controle temporal. Visto sob um sentido mais amplo, entre a volúpia da revolução pregada pelo modernismo europeu e sua obsessão pelo novo, os modernistas brasileiros optaram pela reforma. Reforma temporal, reforma

¹¹ É de se notar a recorrência em quase todos os autores deste período esse complexo de realismo.

moral, reforma ética. Mesmo que a camada transformadora da técnica e da estética. De todo modo, uma das características do modernismo, expressas com maior densidade no pensamento social e político do período, no quesito das dualidades sem síntese, encontrariam ressonância nesta perspectiva de se conceber o tempo histórico e de arquitetar uma visão de país pautada pela tradição/mudança.

Ademais, o posicionamento em relação ao tempo faria com que a própria ideia de revolução fosse associada particularmente ao tema da reforma, e não da fratura definitiva com o correr do tempo. Não seria de tratar o tempo à machadadas, rompendo seu devir. Muito ao contrário, o sentido do tempo seria definido pela capacidade de controle do seu devir. Ademais, existiriam duas fraturas em relação ao tempo que o projeto ético-político do modernismo observaria. A primeira é a relação entre futuro e tradição, posto invariavelmente pelo modernismo central, e que abriria essa ânsia de controle temporal. A segunda fratura, diz respeito especialmente à imaginação social e política, e em menor medida ao realismo literário, a fundação de uma interpretação dualista da realidade, produzindo cada polo um tempo diferenciado, como no caso da dualidade campo-cidade, rural-urbano.

Palavras Finais

Nos tópicos precedentes, se apontou a necessidade de ampliação do termo modernismo para além dos diferentes tipos de vanguardas artísticas e estéticas e se indicou a necessidade de se repensar as relações entre centro e periferia na emanção da episteme do centro para outras regiões. Associado a isso, se procurou fundar uma perspectiva que associaria o modernismo ao processo de modernização efetuado em cada região e se daria centralidade na experiência intelectual sobre o andamento do modernismo, nas relações com sua sociedade e seu Estado. Sobre o tema da experimentação temporal, o modernismo brasileiro, por todas as suas características internas, que se diferia do modernismo europeu, mais do que procurar a revolução do tempo, procuraria controlá-lo, estabeleceria certos limites da ruptura. Se cindiria em futuro, certamente, mas também construiria a tradição. No campo da política,

mais do que a concepção de revolução, o modernismo central brasileiro foi capturado pela ideia de reforma.

Concomitante com a aceleração do tempo moderno extravasado nos anos 1920, a partir do movimento político que romperia com a Primeira República, se formulou a noção de um presente inacabado, impreterivelmente um instante transitório, concebido de modo que a experiência, um passado ainda imediato, atual, esteja preparado para irrupção de um futuro iminente. Essa marca da sensibilidade modernista, que se iniciara em fins do século XIX, com o tema da escravidão e da República, provocara uma ânsia de controle temporal entre os intelectuais que interpretaram o país. Experimentaram uma aceleração temporal, um movimento de compressão tempo-espço, uma abertura advinda da experimentação política, a intensidade da vida citadina em oposição ao bucolismo rural praticamente intocado pelo tipo de modernização efetuada.

A modernização conservadora extrairia da confluência entre política e cultura o seu transformismo molecular, a conta gotas, dosando delicadamente os passos e as direções estabelecidas pelo movimento artístico e estético das décadas anteriores. Os intelectuais e artistas do modernismo estabeleceram relações dialógicas com o Estado, especialmente pela baliza do nacionalismo.

Refletindo sobre a ótica do Estado, o atrelamento da cultura modernista à sua organização política em movimento centrípeto, ampliaria o número de colaboradores, e racionalizaria através da cultura, seu projeto político. Entretanto, o modernismo não se faria expressão ideológica direta do Estado.

Durante as relações dialógicas com o Estado é possível perceber variações dentro do modernismo e classificá-lo de acordo com o perfil posicional tanto em relação ao Estado quanto em relação ao ideário político do Estado pós-1930. O modernismo central e o modernismo periférico dariam conta de explicar a situação contextual destas relações dialógicas enquanto o modernismo heterônomo e o modernismo radical classificam os resultados destas relações frente aos diversos projetos ético-políticos em disputa.

A implicação final destas relações permitiu ao modernismo central se nacionalizar a partir dos anos 1930 e tomar posições relevantes na agenda pública do país, enquanto o modernismo radical tenderia a se isolar cada vez

mais ao longo dos anos. Outra consequência deste processo foi a depuração das concepções de revolução abertamente disruptivas, sendo reformuladas e filtradas pela ótica da reforma. O binômio tradição-mudança, elemento central para o processo de modernização dos anos 1930 construiria seu correlato com o mundo das artes e da interpretação do Brasil.

Referências

AGWELE, Augustine (org). **Development, Modernism and Modernity in Africa**. Londres: Routledge, 2012.

ALVES, Ivia. **Arco & Flexa. Contribuição para o estudo do modernismo**. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austregésilo**. Recife: Editora Bagaço, 2006.

BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e Artificio: Iberismo e Barroco na Formação Americana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BARBOSA FILHO, Rubem. “As Linguagens da democracia.” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.23. n.67. junho, 2008.

BHAMBRA, Gurinder. **Connected sociologies**. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOMENY, Helena. **Os Guardiães da Razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BROOKER, Peter & HACKER, Andrew. **Geographies of Modernism: literatures, cultures, spaces**. Londres, Routledge, 2005.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

CARVALHO, Maria Alice Rezende “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22 n. 65, 2007.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **O romancista e o engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos de 1920 e 1930**. São Paulo: HUCITEC; ANPOCS, 2009.

CHAKRABARTY, Dipesh (ed.) **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference** Princeton: Princeton University Press, 2007.

DEVÉZ VALDÉS, Eduardo. “O pensamento nacionalista na América Latina e a reivindicação da identidade econômica (1920-1940)”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 10, n. 20, p. 321-343, 1997.

DUTRA, Eliana Freitas. “Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção brasileira e da Cia Editora Nacional.” In: RODRIGUES, Helenice & KOHLER, Hèliane. **Travessias e cruzamentos culturais – a mobilidade em questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

EDER, Klauss. **A Nova Política de Classes**. Bauru, Edusc, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

GORELIK, Adrián. “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização.” In: MIRANDA, Wander (org) **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

HUYSEN, Andreas. “Geographies of modernism in globalizing world.” In: BROOKER, Peter & HACKER, Andrew. **Geographies of Modernism: literatures, cultures, spaces**. Londres, Routledge, 2005.

JAMESON, Frederick. **Modernidade Singular**. São Paulo: Editora Record, 2005.

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista e modernização”. In: **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.

LEITE, Lígia Chiappini. **Regionalismo e Modernismo (O “caso” gaúcho)**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. “Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política”. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MAIA, João Marcelo. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARQUES, Ivan. **Modernismo em Revista: estética e ideologia nos periódicos dos anos 20**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Raízes da Ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: **A Revolução de 30. Seminário Internacional**. Coleção Temas Brasileiros, volume 54. Brasília: Editora da UNB, 1982.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasiliana” nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio. Sergio (org). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, 1989.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. CPDOC/FGV. **A revolução de 30: seminário internacional**. Rio de Janeiro: FGV, p. 527-48. (Temas brasileiros), 1983.

RAMOS, Julio. **Desencontros da Modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RUSEN, Jorn. **Razão Histórica**. Brasília, Editora da UnB, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Adriana Magno da. *Florentino Menezes: um sociólogo brasileiro esquecido*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1997.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, 1987.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.